



Possíveis problemas com a privatização da Eletrobras foram os principais temas da discussão

SOS Brasil Soberano discute privatização do setor elétrico

Evento foi realizado na sede do SENGE-Rio e contou com a presença de entidades e estudiosos

Páginas 4 e 5

Privatização: o Brasil na contramão do mundo

PÁGINA 2

Resjustes salariais no 1º semestre de 2017

PÁGINA 6

Os dez piores acontecimentos do Brasil em 2017

PÁGINA 7

EDITORIAL: A justiça no banco dos réus

PÁGINA 2

A JUSTIÇA NO BANCO DOS RÉUS

O julgamento em segunda instância do ex-presidente Lula, no TRF-4 (Tribunal Regional Federal 4ª. Região), marcado para a manhã do dia 24 próximo, será um marco na história do judiciário brasileiro. Caso seja confirmada sua condenação em primeira instância, este episódio vem a se somar a uma série de desvios de função, autoritarismo, coação, prisões arbitrárias e soltura de notórios bandidos por parte da justiça, e quem passa a ocupar o banco dos réus é a própria justiça. Conforme foi amplamente divulgado pela imprensa, não foi encontrada nenhuma conexão (prova) entre os projetos da Petrobrás e pretensas vantagens recebidas por Lula. Somente o depoimento do empreiteiro Leo Pinheiro, da OAS.

Um dos casos mais revoltantes foi a recente articulação da AGU (Advocacia Geral da União) com a justiça para isentar a conhecida deputada federal Cristiane Brasil, condenada pela justiça trabalhista e agora guindada a ministra do trabalho. Além disso, como se sabe a ocupação deste cargo pela filha de Roberto Jefferson, é mais uma manobra fisiológica de Temer no sentido de angariar votos do PTB para a pretensa reforma da previdência.

A justiça brasileira vem caindo rapidamente no descrédito da população brasileira e assumindo uma face cada vez mais parecida com a do ministro do STF Gilmar Mendes que só serve para livrar a pele dos bandidos de colarinho branco. E o que é mais detestado pelos brasileiros é a desfaçatez como isto é feito, com deboche e desprezo a todos os brasileiros.

Privatização da Eletrobras: o Brasil na contramão do mundo

FELIPE ARAÚJO E ÍKARO CHAVES*

O jornal britânico The Guardian publicou, no dia nove de janeiro, artigo de Will Hutton, intitulado “We can undo privatization. And it won't cost us a penny” (Podemos desfazer a privatização. E não nos custará um centavo). O artigo se desenvolve a partir de uma pesquisa realizada por Matthew Elliott e James Kanagasooriam (public opinion in the post-Brexit era: Economic attitudes in modern Britain) onde fica constatado que 83% da população é a favor da nacionalização da água e 77% da eletricidade e do gás, demonstrando o reconhecimento pela sociedade britânica, após décadas de experiência, que empresas prestadoras de serviços públicos devem ser tratadas de forma diferenciada, com atuação direta do Estado para

o reconhecimento pela sociedade britânica, após décadas de experiência, que empresas prestadoras de serviços públicos devem ser tratadas de forma diferenciada, com atuação direta do Estado para melhor garantir os interesses da sociedade. Não se trata de uma pesquisa de opinião realizada em um país qualquer, mas sim de um estudo profundo sobre a experiência do povo da Grã-Bretanha, país pioneiro na implantação do neoliberalismo, e até então, utilizado largamente como modelo bem sucedido. Não por acaso, foi justamente da Grã-Bretanha que o governo FHC trouxe o modelo de privatização e mercantilização do setor elétrico brasileiro nos anos 90 e que agora o governo Temer busca aprofundar sem a devida discussão técnica e desconsiderando importantes exemplos mundiais, como a realidade britânica.

Desde que a reforma do setor elétrico brasileiro foi anunciada nos anos 90, técnicos do setor já alertavam para o absurdo que era transplantar o modelo britânico para o Brasil. Trata-se de um país plenamente desenvolvido, menor do que o estado de São Paulo e cuja matriz elétrica era basicamen-

te a termoeletricidade. Por sua vez, o Brasil é um país em desenvolvimento, com grande demanda por mais energia, de proporções continentais, com regiões de difícil acesso, ainda com sistemas isolados e com uma matriz baseada na hidroeletricidade. O “apagão” de 2001 foi a prova de que o modelo do liberalismo radical inglês era absolutamente inadequado ao Brasil.

A verdade é que nem todo mundo embarcou na onda neoliberal no que se refere ao setor elétrico. Muitos países liberalizaram ou até promoveram alguma privatização, mas alguns dos países mais importantes do mundo mantiveram, em maior ou menor grau, significativo poder de intervenção direta do estado no setor elétrico por reconhecer o seu papel estratégico. Alguns governos chegaram a voltar atrás nas medidas de privatização e liberalização, por conta de resultados aquém do esperado, como é o caso da África do Sul.

Uma das constatações mais evidentes é que onde a hidroeletricidade possui papel fundamental, as empresas estatais são amplamente predominantes, esse é o caso da Noruega, onde 90% da geração e da transmissão estão nas mãos de empresas estatais e da província do Quebec no Canadá, onde a empresa estatal Hydro-Quebec, maior produtora de energia elétrica do país, possui praticamente o monopólio do setor elétrico, exportando, inclusive, grande parte para os EUA.

*Felipe Araújo é engenheiro civil da Eletrobras Furnas, representante sindical do SENGE-RJ e diretor da ASEF, e Íkaro Chaves é engenheiro eletricitista da Eletrobras Eletronorte e diretor no STIU/DF

A verdade é que nem todo mundo embarcou na onda neoliberal no que se refere ao setor elétrico

“Referendo sobre privatização da Eletrobras pode abrir debate público”, afirma engenheiro

Por unanimidade, foi aprovado, no dia 29/11, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, o relatório que prevê a realização de um referendo sobre a privatização de todas as empresas do Sistema Eletrobras.

Por Camila Marins
(jornalista Fisenge)

Por unanimidade, foi aprovado, no dia 29/11, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, o relatório que prevê a realização de um referendo sobre a privatização de todas as empresas do Sistema Eletrobras. De autoria do deputado e presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Chesf [Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, uma das subsidiárias da estatal de energia], Danilo Cabral (PSB-PE), o relatório retoma um projeto anterior de consulta prévia apenas sobre a privatização da Chesf que, agora, foi ampliado para todas as subsidiárias, incluindo as distribuidoras. Em seu pronunciamento na CCJ, o deputado defendeu que esta é uma causa que não tem partido. “Essa é uma luta de todos os brasileiros pela afirmação da soberania nacional, pela preservação do nosso patrimônio e para que a conta de luz não aumente para os cidadãos”, destacou o parlamentar, enfatizando a mobilização dos trabalhadores.

De acordo com o engenheiro e diretor de negociação coletiva da Fisenge [Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros], Fernando Jogaib, a possibilidade de um referendo irá abrir o debate público sobre as consequências da privatização do Sistema Eletrobras. “Ao contrário de outros projetos, teremos a oportunidade de fazer a discussão com a sociedade, que será diretamente atingida. A privatização

do setor elétrico brasileiro poderá provocar aumento na conta de luz, perda de tecnologia, investimentos e conhecimento, além de ameaçar a soberania nacional e a engenharia brasileira”, disse Jogaib, alertando que muitos processos de privatização, sob a justificativa de cortes de custos, promovem demissões em massa de trabalhadores. “Energia é bem essencial para a vida dos bra-

sileiros e das brasileiras. Privatizar a energia também significará a privatização dos rios, da água. Energia é para todos, e não é mercadoria”, afirmou Jogaib, que ainda pontuou: “vamos manter e ampliar a mobilização dos trabalhadores contra a privatização do Sistema Eletrobras, dialogando com a sociedade”. Sob o argumento de reforçar o caixa da empresa, o governo federal

anunciou a privatização do Sistema, em agosto deste ano, já admitindo uma possível alta de 7% nas contas de luz dos consumidores. Aprovado na CCJ, o relatório segue agora para votação no plenário da Câmara. Depois, será devolvido para outra votação no plenário do Senado. Se for aprovado, não precisará passar por sanção presidencial e o referendo terá de ser realizado.

Foto: Fisenge

Eng. Fernando Jogaib

Senge-RJ
Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro

Acesse o nosso site e
conheça o curso de

**Autovistoria
Predial**

www.sengerj.org.br



SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virgínia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nel Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO FISCAL
Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:
Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Periodicidade: Mensal

V SIMPÓSIO SOS BRASIL SOBERANO

A privatização da Eletrobras e o projeto de um país às escuras

Os participantes do Simpósio consolidaram suas conclusões em um documento, que destaca os prejuízos da privatização sobre todos os segmentos da sociedade, maiores ainda devido ao momento de crise global da matriz energética.

Por Verônica Couto
SOS Brasil Soberano

A proposta de privatização do sistema Eletrobras, se levada adiante, vai promover a desarticulação do setor e o predomínio dos interesses financeiros na sua operação, com ameaça direta à segurança energética do país. O cenário projetado pelo desmonte da estrutura estatal pressupõe, necessariamente, um quadro de baixíssimo desenvolvimento econômico e atendimento precário à população. “Um país ‘de quinta’”, na expressão do professor e economista Ronaldo Bicalho, que participou do V Simpósio SOS Brasil Soberano, realizado no dia 24 de novembro na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), em conjunto com a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge).

Para o professor e engenheiro electricista José Antonio Feijó de Melo, que integra a ONG Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico Brasileiro), e autor, entre outros, do livro “As concessões hidroelétricas e o entulho neoliberal”, é necessário haver uma mudança de legislação não para privatizar, mas, ao contrário, para restaurar o modelo de serviço público. “Energia elétrica não poderá nunca ser um produto de mercado; é um serviço que deve ficar sob controle do governo.”

Os participantes do Simpósio consolidaram suas conclusões em um documento que destaca os prejuízos da



José Antonio Feijó de Melo



Ronaldo Bicalho



Wladimir Pomar

privatização sobre todos os segmentos da sociedade, maiores ainda devido ao momento de crise global da matriz energética. Entre os princípios que devem nortear a organização do setor elétrico, defendem a presença forte do Estado na coordenação e a abordagem do serviço como um bem público, vital ao desenvolvimento nacional.

Além de Bicalho, que é pesquisador do Instituto de Economia da UFRJ, especialista em política energética, e de Feijó de Melo, o V Simpósio SOS Brasil Soberano contou com o jornalista e escritor Wladimir Pomar (“Enigma Chinês: capitalismo e socialismo”, entre outras obras); a professora de Relações Internacionais da UERJ, Monica Lessa, o engenheiro e contra-almirante Alan Paes Leme; o professor Newton Oliveira, coordenador-geral da Pós-Graduação da Faculdade Presbiteriana Mackenzie; a pesquisadora do Dieese, Jéssi-

ca Naime; o presidente do Senge/RJ, Olímpio Alves dos Santos, o advogado e cientista político Jorge Folena; o historiador Francisco Teixeira, entre outros convidados.

Para os debatedores, a atual ameaça de esfacelamento encontra o setor elétrico mergulhado em uma crise histórica. “Há dois ou três anos, não entramos em racionamento porque a economia estagnou. Caso contrário, fatalmente, já teríamos racionamento”, afirmou Feijó. Segundo ele, o dia 5 de fevereiro de 2014 foi a data mais recente de demanda máxima registrada no site do Operador Nacional do Sistema (ONS). “Ou seja, há quatro anos que a demanda máxima do sistema interligado não aumenta.”

Até 2040, contudo, do crescimento total do consumo de energia no mundo, pesquisas estimam que 40% referem-se à energia elétrica, informou Bicalho. Um aumento provoca-

do, principalmente, pela digitalização intensiva da economia e da sociedade. Em 2016, ele lembrou que os investimentos globais em energia elétrica já foram maiores do que os feitos em petróleo e gás; e os gastos chegaram bem próximos aos desembolsos com derivados de petróleo.

O sistema elétrico brasileiro, modelo de referência para o mundo, com grande capacidade de armazenagem e economia de escala, verticalização, gestão do Estado, encontra-se, assim, diante do seu maior desafio. “O Brasil precisa buscar outra base”, acredita Bicalho. “Para qualquer setor elétrico do mundo, é muito difícil e complexo sair de tudo que foi construído. Nosso modelo desenvolvimento, preço de liquidação da diferença, tudo foi feito para explorar potencial hidráulico. E agora temos que sair dele.”

Nesse sentido, alertou para o fato de a privatização da Eletrobras, prevista



Alan Paes Leme



Olímpio Alves dos Santos



Monica Lessa

para agosto de 2018, tornar ainda mais crítico o contexto. “Vamos transformar a Eletrobras num ‘campeão nacional’, e não precisamos disso, é uma bobagem. Não vou vender minério, nem avião, nem cerveja. Meu compromisso é com a segurança energética do país. O que o Brasil precisa é de uma empresa estatal que detenha ativos estratégicos para uma função estratégica, num momento de transição extremamente difícil. Se venderem a Eletrobras, [futuramente] vão ter que fazer outra. Isso, se ainda tivermos um país.”

Entregar o setor a fundos e instituições financeiras seria, na prática, expor a segurança energética nacional às conveniências do “mercado”. Entre as muitas falhas dessa experiência cheia de conflitos de interesses e já tentada nos anos 90, Bicalho cita do caso da Enron, texana. No documentário ‘Enron, os rapazes mais espertos da sala’, funcionários da empresa assistem a um incêndio sob uma linha de transmissão na Califórnia, enquanto torcem: ‘Queima, baby, queima. Pela simples razão de que manipulavam as variações de preço e demanda, num mercado totalmente desregulado, para fazer disparar o valor das ações da empresa.’

A futura base técnica do setor de energia elétrica ainda não está definida, ressaltou Bicalho. “Não sabemos como vai se organizar a cadeia produtiva, a regulamentação, as políticas públicas. A incerteza é imensa. Vai mudar tudo. E com grandes custos econômicos, políticos e sociais envolvidos nessa transição. O mercado não tem condição de comandar esse jogo, porque se trata de dividir ônus e bônus dentro da sociedade. Na Alemanha, na China, nos EUA, esta discussão está na primeira ordem da pauta.”

A análise dessa transição dentro



Jorge Folena



Francisco Teixeira

da perspectiva mundial, para o economista, revela vários elementos interessantes para o Brasil – onde o avanço tecnológico da estocagem atua como questão chave, devido à intermitência das fontes alternativas. “Temos a maior capacidade de estocagem do mundo nos nossos reservatórios. A central precisa entrar em operação rapidamente, quando parar de ventar, por exemplo. Uma flexibilidade que as hidrelétricas têm, e as térmicas, não. Também contamos com um grande sistema de transmissão. Ou seja, temos elementos que são extremamente interessantes, tenho jogador para jogar o novo jogo. Mas é preciso visão estratégica. E você se pergunta: o país tem essa visão estratégica? Não.”

FALÁCIA PRIVATISTA

Se falta visão estratégia, sobra o discurso falacioso de que tudo que é privado é bom, advertiu o engenheiro e contra-almirante Alan Paes Leme. “A maioria das pessoas pensa que privatizar é melhor. Mas o que é melhor? A empresa dar maior rendimento, a população ser melhor atendida. Estatisticamente, no mundo, encontramos em

grupo, prejudicando a sociedade. Não elegemos governo para fazer isso, mas para tomar conta do que é essencial para a economia e a nossa segurança.”

No caso das hidrelétricas, Paes Leme destacou, ainda, a importância da navegabilidade e da sua relevância para as comunidades que estão em torno dos reservatórios. Se os resultados das estatais não estão sendo satisfatórios, ele lembrou que há várias alternativas diferentes da privatização para incrementá-los. Por exemplo, trocar as diretorias, fazer contratações com bônus associados à performance, profissionalizar a gestão – seja com funcionários públicos ou de mercado.

“A privatização como panaceia, o Estado sempre visto com a fonte de todos os males, com a sociedade subjugada a ele”, acrescentou professor Newton Oliveira, coordenador-geral da Pós-Graduação da Faculdade Presbiteriana Mackenzie, é uma falácia antiga na história brasileira. “Como se o Estado fosse povoado de marcanos”, disse. “A falácia é separar de um lado uma sociedade civil pura, e, de outro, o Estado impuro. E, no Estado privado, teríamos o Jardim das Delícias, purgado do mal. A entrega acelerada da soberania nacional é uma questão de poder, de projeto de nação, que tem que ser inclusivo.”

Nesse sentido, Oliveira criticou o fato de, apesar dos avanços materiais e tecnológicos do setor elétrico estatal, a inclusão social ter sido sempre considerada de forma “lateral nos processos de desenvolvimento”. Segundo ele, um dos efeitos disso, agora, é que os ganhos sociais da política pública não são percebidos pela população. “O desafio de barrar a ideia nefasta da privatização do setor elétrico passa por criar o consenso mínimo em torno de um novo projeto nacional de desenvolvimento, e que precisa ter a inclusão como eixo central.”

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, acredita que “esta ‘noite Temer’ não vai durar muito”. Por isso, quer buscar alternativas para o país, para quando ela acabar. “Temos que pensar qual é a democracia que poderá tornar o povo, de fato, um ator protagonista.” Defender a energia elétrica, disse Ronaldo Bicalho, é defender o mínimo para o Brasil. “Não é preciso energia elétrica, nem educação, para ser um país de ‘quinta’. O projeto deste governo é, basicamente, abandonar o país.”

Reajustes salariais no 1º semestre de 2017

Interrompida a trajetória de piora nos resultados das negociações no país

Por Paulo Jager - Dieese

No primeiro semestre de 2017 a economia brasileira parece ter interrompido uma trajetória de queda drástica do seu Produto Interno Bruto (PIB) – o que vinha sendo observado por oito trimestres seguidos, nos anos de 2015 e 2016. A pequena variação positiva observada nos dois primeiros trimestres do ano, entretanto, coloca o produto em um nível ainda 7% inferior ao atingido no primeiro semestre de 2014. Além disso, a própria reversão da trajetória de queda não se mostra consolidada. Por exemplo, o Banco Central, na última divulgação de seu índice de atividade econômica, IBC-Br, apontou queda no mês de agosto, após dois meses de variação positiva.

Esse desempenho negativo foi, obviamente, desfavorável ao emprego e à renda. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua – PNADC/IBGE, a taxa de desemprego que havia atingido seus mínimos históricos nos anos de 2013 e 2014, voltou a crescer forte no período seguinte. Passou de 6,5%, no quarto trimestre de 2014, a 12,0%, em igual período de 2016 e atingiu seu ápice, de 13,7%, no primeiro trimestre de 2017. No segundo trimestre houve uma pequena melhora, com a taxa caindo a 13,0%, mas, em grande medida, devido a um aumento de ocupações precárias, como o assalariamento sem carteira de trabalho assinada.

No que se refere aos rendimentos do trabalho, a situação só não foi pior devido à queda forte verificada nas taxas de inflação a partir do fim de 2016, como resultado da própria

Os trabalhadores brasileiros estão no limiar de começarem a enfrentar os impactos negativos da mudança na legislação trabalhista, que passa a vigor a partir do próximo dia 11

crise econômica, mas também em decorrência do fim dos efeitos dos choques de preços (principalmente da tarifa de energia elétrica, da taxa de câmbio e dos alimentos). De fato, em junho de 2015, a variação acumulada em 12 meses do INPC/IBGE era de 9,31% – contra 6,23% em dezembro do ano anterior. Em janeiro de 2016 atinge o pico de 11,31% e começa a retroceder, chegando a 9,49%, em junho daquele ano. Em junho de 2017 havia caído a apenas 2,56%.

Talvez por esta redução de nível inflacionário, no primeiro semestre de 2017, as negociações dos reajustes salariais tenham apresentado um resultado distinto do que vinha sendo

observado em igual período dos dois anos anteriores. E a mudança foi para melhor. De fato, quase 60% dos reajustes obtidos resultaram em aumentos reais e outros 30% dos acordos lograram somente recompor o poder de compra dos salários. Os 10% restantes ainda resultaram em perdas salariais, tomando-se como referência a variação acumulada em 12 meses do INPC-IBGE em cada data-base.

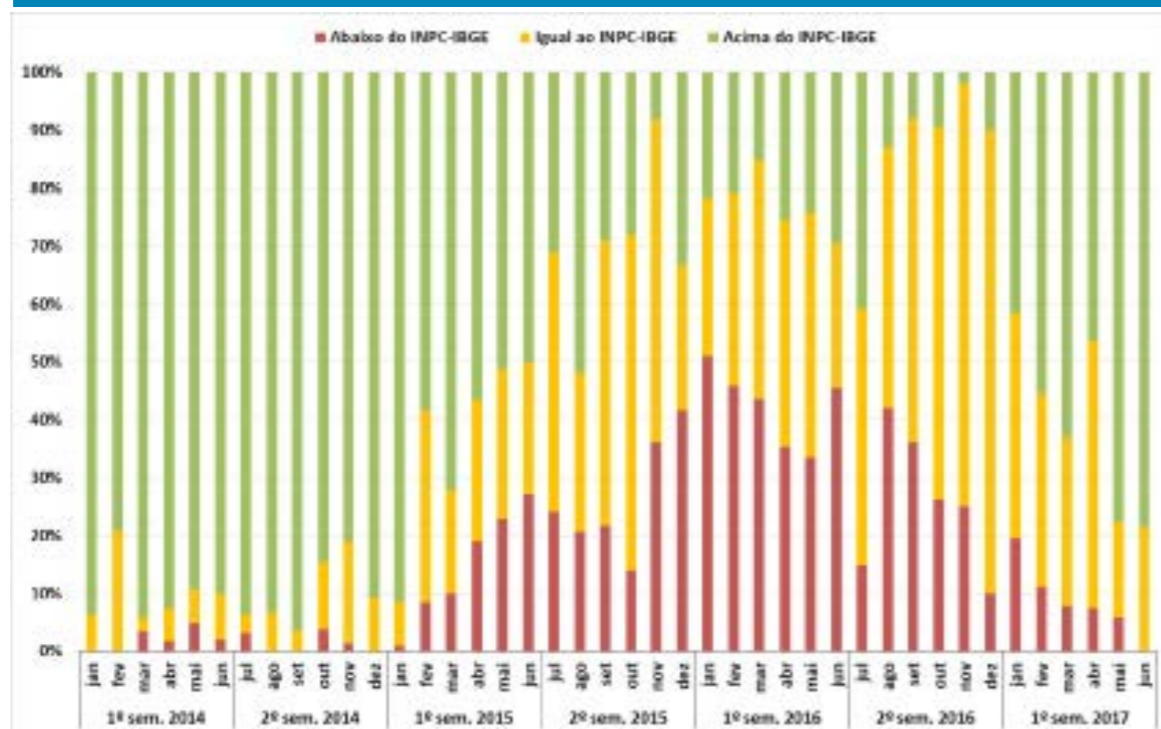
Estes números provêm do Sistema de Acompanhamento de Salários do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e fazem parte de um estudo recém-divulgado, intitulado “Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2017”¹.

As informações dizem respeito a 300 unidades de negociação de empresas privadas e estatais, dos setores da Indústria, do Comércio e dos Serviços, em todo o território nacional.

Apesar de a maior parte dos acordos firmados ter resultado em ganho real, os percentuais obtidos, sendo os mais frequentemente observados aqueles valores de até 0,5 ponto percentual. Mesmo assim, deve-se registrar que em igual período de 2016 a variação real média foi negativa; isto é, houve perda média em termos reais.

Outro aspecto importante apontado no estudo, como se percebe a partir do gráfico, é que a melhora se deu à medida que o ano avançava. De janeiro a junho viu-se o aumen-

Distribuição % dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC-IBGE, segundo data-base Brasil, janeiro de 2014 a junho de 2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

to da proporção de negociações com ganhos reais (de 42% a 80%) e redução da proporção daquelas em que não se conseguiu recuperar o poder de compra dos salários (de 20% a 0%). Também cabe destacar uma queda expressiva, relativamente aos anos de 2015 e 2016, na proporção de acordos prevendo reajustes parcelados e reajustes escalonados segundo a faixa salarial.

Por fim, mas não menos importante, o estudo revela um melhor desempenho nas negociações salariais envolvendo sindicatos de trabalhadores e de empregadores (que dão origem às convenções coletivas) frente às negociações envolvendo sindicatos de trabalhadores e empresa ou grupo de empresas (que dão origem aos acordos coletivos). As primeiras são negociações mais gerais, frente às quais os trabalhadores, representados por seus sindicatos, parecem ter um maior poder de barganha. Esse resultado confirma uma tendência já observada ao longo da série histórica da pesquisa e permite realçar, dentre os muitos aspectos nefastos da reforma trabalhista, o risco envolvido na autorização legal para que um acordo coletivo prevaleça sobre uma convenção.

Assim, em que pese a melhora relativa ao biênio 2015-2016, os resultados observados no primeiro semestre de 2017 ficaram bastante aquém dos resultados obtidos ao longo do período 2005 a 2014. A redução significativa na taxa de inflação provavelmente teve um papel importante neste desempenho, mas a quase estagnação econômica e a elevada taxa de desemprego decorrente da crise atuaram em sentido contrário contendo a possibilidade de uma recuperação nos rendimentos do trabalho. Nestes termos, é difícil fazer prognósticos mais otimistas, dado que não se vislumbra uma retomada forte da atividade econômica e, ao mesmo tempo, os trabalhadores brasileiros estão no limiar de começarem a enfrentar os impactos negativos da mudança na legislação trabalhista, que passa a vigor a partir do dia 11 de novembro.

Os dez piores acontecimentos de 2017 que afetaram a vida do povo brasileiro

"A pergunta que persiste é: o que esperar de 2018?"

Por João Pedro Stédile

Acada final de ano sempre se costuma fazer o balanço de avanços e atrasos na vida do povo. Mas neste 2017, cheio de acontecimentos memoráveis, está muito difícil selecionar. Sendo assim, sugiro que você também faça sua lista! Veja a minha lista, a ordem não importa muito...

10 Paralisação da reforma agrária e das políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa, com fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sucateamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a liberação de mais sementes transgênicas e mais agrotóxicos para envenenar nossos alimentos. Soma-se a isso, o projeto de vender nossas terras ao capital estrangeiro.

9 A não penalização das empresas Vale S.A. e BHP Billiton, pelos crimes de Mariana (MG). Vale a lembrança de que tais empresas mataram 21 pessoas, devastaram um rio de 700 quilômetros, o Rio Doce, e atingiram a vida de milhares de pessoas entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Até hoje as mesmas não indenizaram, nem repararam os prejuízos para o povo, e ainda querem ampliar a mineração na região.

8 As manipulações e prepotências da dupla Dallagnol e Sérgio Moro, que ferem a Constituição e insistem em querer inviabilizar a candidatura de Lula, sem ter provas. Por outro lado, a manutenção da liberdade dos senhores Aécio Neves, senador Zeze Perella, José Serra, Ricardo Teixeira, Eike Batista, o banqueiro Daniel Dantas; apesar das evidentes provas de corrupção.

7 A entrega para o grande capital privado e estrangeiro de nossas riquezas naturais, como o pré-sal, a mineração, a água; que deveriam ser utilizadas em prol do bem comum do povo brasileiro.

6 A aprovação pelo Congresso do limite de investimentos sociais em Educação e Saúde. Mas, ao mesmo tempo, ampliação de gastos com juros de mais de 400 bilhões de reais do orçamento nacional para os banqueiros.

5 As práticas manipuladoras da Globo sempre enganando e mentindo para o povo. Ainda que agora tenha caído sua máscara ao ficar evidente o acordo de apoio ao governo golpista de Michel Temer em troca de polpudos recursos de publicidade.

4 A chamada "reforma trabalhista", que retirou direitos históricos de

cerca de 140 milhões de trabalhadores brasileiros, mantendo 20 milhões no desemprego e 22 milhões no trabalho precarizado, e sem nenhum direito previdenciário.

3 O comportamento parcial e partidário dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), em especial o Sr. Gilmar Mendes, sempre atuando em favor dos interesses da grande burguesia.

2 A foto maior desigualdade social que apareceu na revelação de que apenas seis capitalistas ganham mais do que 102 milhões de brasileiros. E, entre eles, 25% dos domicílios não possuem nenhuma renda mensal.

1 A continuidade do governo golpista de Michel Temer e seus parlamentares no Congresso.

Com tudo isso, a pergunta que persiste é: o que esperar de 2018?

Que o povo se mobilize, lute, se levante na defesa de seus direitos e dos interesses de toda nação. Que tenhamos eleições livres, democráticas e com a participação de Luiz Inácio Lula da Silva.

Abraços, nos veremos por aí, "nas ruas, campos e construções".

art²⁷

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Engenheiras lançam campanha pelo fim da violência contra a mulher

“Onde está o engenheiro? A engenheira sou eu”. Esta é uma das situações mais comuns durante o cotidiano de trabalho das mulheres engenheiras.

Texto: Camila Marins
Ilustrações: Raquel Vitorelo

Com o objetivo de dar visibilidade às violências, o Coletivo de Mulheres da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) lançou, no dia 24/11, uma campanha com ilustrações, que retratam casos reais de engenheiras e estudantes de engenharia. “Há alguns anos, eu estava em trabalho de campo e não tinha EPI [Equipamento de Proteção Individual] com o meu tamanho. Os espaços ainda precisam ser inclusivos com as mulheres. Há canteiros de obras, por exemplo, que não têm banheiros femininos”, destacou a engenheira química e diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, ressaltando a importância da inclusão de cláusulas de segurança do trabalho nos Acordos e nas Convenções Coletivas de Trabalho. Ao todo, são quatro ilustrações de autoria de Raquel Vitorelo.

A violência contra a mulher pode se manifestar de diversas formas: simbólica, emocional, física, patrimonial. De acordo com

dados da Fundação Perseu Abramo, no Brasil, ocorrem cinco espancamentos a cada dois minutos. O do-

cumento “Relógios da Violência”, do Instituto Maria da Penha relata que a cada 7,2 segundos uma mulher é

vítima de violência física.

Entre 2002 e 2013, a presença de engenheiras nos canteiros de obra cresceu 149,3%, enquanto o aumento para engenheiros foi de 54,7%, somando ocupações formais e informais. Mesmo assim, os homens seguem sendo maioria no ramo: em números gerais, cerca de 230 mil engenheiros civis estavam ocupados, sendo 190 mil homens e apenas 40 mil mulheres, de acordo com dados da PNAD/IBGE de 2015. “Estas situações acontecem não apenas nos canteiros de obras, como também nas universidades e na sociedade como um todo. Combater o machismo nos espaços é tarefa de homens e mulheres. A luta por políticas em prol dos direitos das mulheres e pelo fim da violência é uma questão de ordem pública”, destacou Simone, enfatizando também “que é fundamental que as engenheiras procurem seus sindicatos para denunciar situações de descumprimento de direitos”.

O Coletivo de Mulheres da Fisenge é composto por engenheiras de 12 sindicatos em 11 estados do Brasil.



**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br